

SUMÁRIO

TÍTULO I – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

Capítulo I – Princípios Constitucionais

1. Introdução	35
2. Noção de princípio.....	43
3. Princípios jurídicos. Princípios jurídico-constitucionais	45
4. O princípio jurídico-constitucional e a interpretação	49
5. O princípio constitucional como diretriz do sistema jurídico.....	56
6. A Magna Carta e a supremacia dos princípios constitucionais.....	57
7. Outras considerações	59

Capítulo II – Princípio Republicano e Tributação

1. Noções preliminares	62
2. Conceito de República. Seus elementos	63
3. Proibição de vantagens tributárias fundadas em privilégios.....	76
4. O princípio republicano e a igualdade tributária	78
5. O alcance do princípio republicano	81
6. A relevância jurídica do princípio republicano.....	81
7. O princípio republicano e a competência tributária.....	83
8. O princípio republicano e a capacidade contributiva.....	85
8.1 Noções gerais	89
8.2 Destinatários do princípio da capacidade contributiva	97
8.3 Eficácia do princípio da capacidade contributiva	97
8.3.1 Capacidade contributiva e não confiscatoriedade	102
8.4 Análise jurídica do tópico “sempre que possível (...)” (art. 145, § 1º, primeira parte, da CF).....	110
8.4.1 O IPTU e a capacidade contributiva	114
8.4.2 O IR e a capacidade contributiva	121
8.5 Síntese conclusiva	130

Capítulo III – Princípio Federativo e Tributação

1. Colocação do tema.....	131
2. A natureza jurídica do Estado Federal.....	132
2.1 A soberania e o Estado.....	133
2.2 Os Estados simples e as Uniões de Estados.....	136
2.2.1 As Uniões pessoais.....	137
2.2.2 As Confederações de Estados.....	137
2.2.2.1 Diferenças entre a Confederação de Estados e o Estado Federal– A Confederação de Estados e o Estado Federal são entidades diversas e, assim, inconfundíveis. O traço distintivo entre eles repousa na soberania, presente nos Estados confederados, não, porém, nos federados (Le Fur).....	139
2.3 O Estado Unitário Descentralizado e o Estado Federal.....	140
2.4 As Uniões reais e o Estado Federal.....	140
2.5 Outras características do Estado Federal.....	142
3. O princípio federativo, no Brasil.....	143
3.1 Igualdade jurídica entre a União e os Estados-membros.....	144
3.2 A natureza jurídica da União.....	146
3.3 A indissolubilidade da Federação Brasileira.....	147
3.4 A competência residual dos Estados.....	148
3.5 A coexistência das autonomias federal e estaduais.....	150
3.6 As leis complementares estaduais.....	151
3.7 A relevância jurídica do princípio federativo, no Brasil.....	152
4. Os Estados-membros e suas Constituições.....	153
4.1 A igualdade jurídica dos Estados-membros.....	158
5. Últimas considerações.....	158

Capítulo IV – Autonomia Municipal e Tributação

1. Introdução.....	161
2. Caráter jurídico do princípio.....	163
3. O conteúdo da “autonomia municipal”.....	165
4. O art. 30 da CF e os assuntos de interesse local. A lei orgânica municipal.....	167
5. Assuntos de interesse predominantemente local.....	170
6. Resposta aos críticos da fórmula “assuntos de interesse local”.....	173
7. O art. 30 da CF e seu rol exemplificativo.....	174
8. A relevância jurídica do princípio da autonomia municipal.....	175
9. A competência tributária do Município em face do art. 30 da CF.....	176
10. Outras considerações.....	178
11. A autonomia do Distrito Federal.....	178

Capítulo V – Princípio da Anterioridade e Tributação

1. Noções preliminares.....	181
-----------------------------	-----

2.	Exceções ao princípio e aparente exceção.....	191
2.1	As “contribuições” (art. 149 e seu § 1º da CF), os empréstimos compulsórios do art. 148, II, da CF, os impostos residuais da União (art. 154, I, da CF) e o princípio da anterioridade.....	199
2.2	Conclusão parcial.....	201
3.	O princípio da anualidade: a possibilidade jurídica de sua inclusão nas Constituições estaduais e nas leis orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal.....	201
4.	O princípio da anterioridade e a alteração das formas e dos prazos de pagamento do tributo.....	204
5.	As isenções tributárias e o princípio da anterioridade.....	206
5.1	Outro caminho.....	207
5.2	A revogação das isenções de ICMS e o princípio da anterioridade.....	208
5.3	As isenções advindas de tratados internacionais e o princípio da anterioridade... 5.3.1 Tratados internacionais. Noção geral..... 5.3.2 Os tratados internacionais, no Brasil..... 5.3.3 Os tratados internacionais tributários.....	212 212 216 220
5.4	A isenção tributária com prazo prefixado de vigência e o princípio da anterioridade.....	221
5.5	As isenções concedidas com base no art. 156, § 3º, II, da CF, e o princípio da anterioridade.....	222
6.	A delegação da capacidade tributária ativa e o princípio da anterioridade.....	223
7.	Síntese conclusiva.....	224

Capítulo VI – Legalidade e Tributação

1.	Introdução.....	227
2.	O princípio da legalidade. Generalidades.....	231
2.1	A lei e o tributo.....	234
3.	A legalidade no direito tributário brasileiro.....	238
3.1	Aspectos gerais.....	238
3.2	A lei como limitação ao exercício da competência tributária.....	246
3.3	Novas considerações..... 3.3.1 Generalidades..... 3.3.2 A regra “solve et repete” e a legalidade tributária..... 3.3.3 A legalidade e o prazo e as condições de recolhimento dos tributos. A indexação dos tributos (sua impossibilidade, ainda que prevista em lei).....	246 246 249 251
3.4	Lei ordinária e tributação..... 3.4.1 Circunscrição do problema..... 3.4.2 As medidas provisórias e a tributação..... 3.4.2.1 Os impostos previstos no art. 153, I, II, IV e V, da CF, o antigo imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direito de natureza financeira e a antiga contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF) e as medidas provisórias.....	254 254 257 266

3.4.2.2	Os impostos extraordinários e as medidas provisórias	268
3.4.2.3	Os empréstimos compulsórios, os impostos da competência residual da União, o antigo imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (IPMF), as contribuições que criam novas fontes de custeio para a seguridade social e as medidas provisórias ...	269
3.4.2.4	As “contribuições sociais para a seguridade social” e as medidas provisórias – Também as “contribuições sociais para a seguridade social” não aceitam as medidas provisórias	270
3.4.2.5	Últimas colocações	271
3.4.3	As leis delegadas e a tributação.....	272
3.4.4	Síntese conclusiva	274
4.	Aparentes exceções ao princípio da legalidade tributária.....	274
5.	Considerações sobre o “processo legislativo” e a lei ordinária	281
5.1	A iniciativa	282
5.2	A deliberação.....	289
5.3	A sanção	290
5.4	A promulgação	291
5.5	A publicação.....	294
5.5.1	Noções gerais	294
5.5.2	Conceito	296
5.6	Epítome	305
6.	A revogação das leis tributárias	305
6.1	Noções básicas	305
6.2	Assuntos paralelos.....	306
6.3	A irremediabilidade.....	309
7.	A legalidade e os deveres instrumentais tributários.....	311
8.	O “desvio de poder” no exercício da função legislativa tributária. Sua inconstitucionalidade.....	320
9.	A irretroatividade das leis tributárias	323
10.	Limitações ao princípio da legalidade	333
11.	A lei e a faculdade regulamentar.....	335
11.1	A “referenda” do regulamento tributário. Sua imprescindibilidade.....	352
12.	Legalidade e os princípios federativo, da autonomia municipal e da autonomia do Distrito Federal	356

Capítulo VII – Segurança Jurídica e Tributação

1.	Noções introdutórias.....	357
2.	Estado de Poder, Estado de Direito e Estado Democrático de Direito	361
2.1	O Estado Democrático de Direito e os direitos fundamentais	363
2.2	Origem da proteção jurídica aos direitos fundamentais	364
2.3	O alcance dos direitos fundamentais.....	365
3.	Direitos fundamentais e tributação	379

3.1 O “estatuto do contribuinte”.....	381
4. Segurança jurídica da tributação e os princípios da tipicidade fechada, do exclusivismo, da adequada eleição do sujeito passivo tributário, da vinculação do lançamento à lei, da interpretação estrita da lei, da igualdade, da confiança na lei fiscal, da boa-fé do contribuinte e da moralidade.....	384
5. Da consulta fiscal e seus efeitos jurídicos	405
6. A segurança jurídica, o “livre acesso” ao Poder Judiciário e o contencioso administrativo-tributário.....	411
7. A inconstitucionalidade da responsabilidade tributária por fato futuro (substituição tributária “para frente”).....	433
8. A segurança jurídica e as presunções, ficções e indícios.....	439
8.1 Das presunções.....	440
8.2 Das ficções	444
8.3 Dos indícios.....	446
8.4 Consequências a tirar	450
8.5 A norma geral antielisiva. Sua correta compreensão	454
8.5.1 Da simulação fiscal	455
9. A quebra dos sigilos bancário, de dados e fiscal sem expressa autorização do Poder Judiciário. Sua inconstitucionalidade	458
10. O “princípio da proporcionalidade” como limite constitucional à criação ou aumento dos tributos.....	463
11. O dever do Estado de indenizar os contribuintes, pelos danos que lhes causar	467
11.1 Noção geral	467
11.2 Excesso de exação e dever de indenizar os contribuintes	471
11.3 A prescrição da ação de indenização contra a Fazenda Pública.....	483
12. Garantias dos contribuintes, diante da tributação	488
13. Considerações finais	491

TÍTULO II – COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Capítulo VIII – Competência Tributária – Definição – Características

1. Considerações gerais.....	495
2. Competência tributária.....	497
2.1 Introdução.....	497
2.2 A Constituição como a Carta das Competências.....	497
2.3 Conceito	498
2.4 O exercício da competência tributária.....	502
2.5 A competência tributária e seus limites jurídicos.....	502
2.6 A competência tributária e o estado de sujeição dos contribuintes	504
2.7 Os titulares da competência tributária.....	504
2.8 A competência tributária e a criação de tributos	506

2.9	Questões conexas	508
2.10	Competência tributária e os “arquetipos” dos tributos.....	509
3.	Características.....	513
3.1	Privatividade.....	513
3.1.1	Introdução ao assunto e análise de questões paralelas	513
3.1.2	A classificação jurídica dos tributos.....	519
3.1.2.1	Os impostos.....	522
3.1.2.2	As taxas. Suas modalidades. Taxas e “preços públicos”. O pedágio.....	528
3.1.2.3	A contribuição de melhoria.....	552
3.1.2.4	Os empréstimos compulsórios	559
3.1.2.5	As “contribuições parafiscais”	568
3.1.2.6	Os “impostos extraordinários”.....	569
3.1.2.7	As “contribuições” (art. 149 e seus parágrafos da CF).....	572
3.1.2.8	Síntese conclusiva.....	634
3.1.3	A privatividade das competências tributárias em relação aos impostos. Os critérios “material” e “territorial” de partilha das competências impositivas.....	634
3.1.4	A privatividade das competências tributárias em relação às taxas e à contribuição de melhoria (tributos vinculados a uma atuação estatal).....	640
3.2	Indelegabilidade	643
3.3	Incaducabilidade.....	649
3.4	Inalterabilidade.....	652
3.5	Irrenunciabilidade.....	656
3.6	Facultatividade	657
4.	Repartição das receitas tributárias	664
4.1	Colocação do problema.....	664
4.2	Hipótese em que nasce o direito à participação nas receitas tributárias.....	666
4.3	Tema financeiro. A importância de seu estudo.....	668
4.4	As fórmulas adotadas pela Constituição brasileira na repartição das receitas tributárias.....	670
4.4.1	Os Estados-membros e a partilha de suas rendas aos Municípios localizados em seus territórios	676
4.4.2	O “diferencial de alíquotas” no ICMS e a repartição das receitas tributárias decorrentes deste tributo	679
4.4.3	Cautelas constitucionais	681
4.5	Breve conclusão	684
5.	Tributação e defesa do meio ambiente.....	684
6.	A tributação no ambiente da “computação em nuvem”.....	702
7.	Anotações complementares	707
8.	Últimas considerações	716

Capítulo IX – **Imunidades Tributárias**

1. Introdução	721
2. A impossibilidade de serem ignoradas as situações de imunidade.....	733
3. As acepções da expressão “imunidade tributária”.....	736
4. As imunidades do art. 150, VI, da CF	738
4.1 As imunidades das pessoas políticas.....	739
4.2 As imunidades das entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes.....	755
4.2.1 A noção jurídica de “culto”	772
4.2.2 Dos ganhos dos religiosos e do seu tratamento jurídico tributário	775
4.3 As imunidades dos partidos políticos e suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e assistência social.....	780
4.3.1 Considerações gerais	780
4.3.2 Imunidades dos partidos políticos e suas fundações	787
4.3.3 As entidades sindicais dos trabalhadores	789
4.3.4 As instituições de educação.....	790
4.3.5 As instituições de assistência social	797
4.3.6 Considerações adicionais	811
4.4 Imunidades aos livros, jornais, periódicos e papel destinado à sua impressão ...	819
4.4.1 Considerações gerais	819
4.4.2 A acepção da palavra “livros”, para fins de imunidade.....	821
4.4.2.1 Desdobramento da ideia.....	823
4.4.2.2 Distinção importante.....	824
4.4.2.3 A indeterminação da palavra “livro”. Sua irrelevância, para fins de imunidade tributária	825
4.4.2.4 A desvinculação do livro ao papel, para fins de imunidade tributária.....	830
4.4.3 Ainda o papel de imprensa e outros “insumos”	833
4.4.3.1 Explicação necessária	834
4.4.4 Considerações adicionais	836
4.5 A imunidade do art. 150, VI, “e”, da CF.....	837
5. A imunidade do art. 150, § 2º, da CF.....	839
6. Demais imunidades.....	843
6.1 A imunidade do art. 149, § 2º, I, da CF.....	843
6.2 A imunidade do art. 153, § 2º, II, da CF	847
6.3 A imunidade do art. 153, § 3º, III, da CF	848
6.4 A imunidade do art. 153, § 4º, II, da CF	849
6.5 A imunidade do art. 155, § 2º, X, “a”, da CF.....	851
6.6 A imunidade do art. 155, § 2º, X, “b”, da CF.....	855
6.7 A imunidade do art. 155, § 2º, X, “c”, da CF.....	862
6.8 A imunidade do art. 155, § 2º, X, “d”, da CF.....	864
6.9 A imunidade do art. 155, § 3º, da CF	869
6.10 A imunidade do art. 156, II, “in fine”, da CF.....	872

6.11	A imunidade do art. 156, § 2º, I, da CF.....	873
6.12	A imunidade do art. 184, § 5º, da CF	877
6.13	A imunidade do art. 195, § 7º, da CF	877
7.	As imunidades e os deveres instrumentais tributários.....	895

Capítulo X – Isenções Tributárias

1.	Observações introdutórias.....	896
2.	Conceito.....	900
2.1	Isenção como “dispensa legal do pagamento do tributo”	900
2.2	Isenção como “hipótese de não incidência tributária, legalmente qualificada” ..	901
2.3	Posição de Paulo de Barros Carvalho	903
2.4	Novas ideias	907
3.	Competência para isentar, no Brasil	909
3.1	Isenções concedidas por meio de lei ordinária.....	909
3.2	Isenções concedidas por meio de lei complementar	914
3.3	Isenções concedidas por meio de tratados internacionais.....	915
3.4	Isenções concedidas por meio de decreto legislativo estadual ou do Distrito Federal (ICMS)	917
3.5	Revogação de isenção tributária e anterioridade.....	919
4.	Questões paralelas.....	919
4.1	Modalidades de isenções tributárias.....	920
4.1.1	Isenções transitórias e permanentes. Consequências jurídicas de sua revogação	920
4.1.2	Isenções condicionais e incondicionais.....	921
4.1.3	Isenções condicionais, com prazo certo. Consequências jurídicas de sua revogação total ou parcial	925
4.2	O campo de incidência das leis isentivas	937
4.3	Isenções de ICMS, concedidas por lei complementar, antes do advento da atual Constituição. Seu desaparecimento.....	940
5.	Isenção, remissão e anistia tributárias. Suas diferenças jurídicas.....	941
6.	Epítome.....	943
7.	Os benefícios fiscais e o modo de serem interpretados e aplicados	944
8.	O <i>PERSE</i> e a impossibilidade jurídica de sua prematura cassação	956

Capítulo XI – Normas Gerais em Matéria de Legislação Tributária

1.	Introdução	963
2.	A Constituição e as normas gerais em matéria de legislação tributária.....	966
2.1	Os prazos de decadência e prescrição das “contribuições previdenciárias”	983
2.2	O tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte	986
3.	O caráter declaratório das normas gerais em matéria de legislação tributária.....	992

4.	O alcance das normas gerais em matéria de legislação tributária.....	994
5.	Novos argumentos	997
5.1	Conflitos de competência tributária. Como as normas gerais em matéria de legislação tributária devem evitá-los.....	1001
6.	O Código Tributário Nacional e as normas gerais em matéria de legislação tributária	1003
7.	Outras leis complementares tributárias.....	1006
7.1	A lei complementar prevista no art. 148 da CF.....	1006
7.2	A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 150, VI, “c”, da CF.....	1007
7.3	A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 150, § 5º, da CF.....	1007
7.4	A lei complementar prevista no art. 153, VII, da CF	1010
7.5	A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 153, § 2º, II, da CF	1011
7.6	A lei complementar prevista no art. 154, I, da CF	1011
7.7	A lei complementar prevista no art. 155, § 1º, III, da CF	1011
7.8	A lei complementar prevista no art. 155, § 2º, XII, da CF	1015
7.9	A lei complementar prevista no art. 156, III, da CF.....	1033
7.10	A lei complementar prevista no art. 156, § 3º, I, da CF	1041
7.11	A lei complementar prevista no art. 156, § 3º, II, da CF.....	1044
7.12	A lei complementar prevista no art. 156, § 3º, III, da CF	1049
7.13	A lei complementar prevista no art. 195, § 4º, da CF	1050
7.14	A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 195, § 7º, da CF.....	1050
7.15	A lei complementar prevista no art. 195, § 11, da CF.....	1050
7.16	A lei complementar prevista no art. 2º da EC 3/1993	1051
8.	Lei complementar estadual veiculadora de “normas gerais em matéria de legislação tributária”. Sua possibilidade.....	1051
9.	As leis complementares previstas na EC n. 132/2023	1054
9.1	A lei complementar prevista no art. 149-C, §§ 1º e 2º, da CF	1055
9.2	A lei complementar prevista no art. 153, VIII, da CF	1055
9.3	A lei complementar prevista no art. 155, § 1º, VII, da CF	1056
9.4	As leis complementares previstas no art. 156-A da CF.....	1057
9.5	As leis complementares previstas no art. 156-B da CF.....	1065
9.6	A lei complementar prevista no art. 156-B, § 8º, da CF	1067
9.7	A lei complementar prevista no art. 195, V, da CF	1067
9.8	A lei complementar prevista no art. 9º da EC 132/2023	1068
9.9	As leis complementares previstas no art. 92-B, <i>caput</i> e nos §§ 2º, 3º e 6º, do ADCT	1070
9.10	A lei complementar prevista no parágrafo único do art. 124 do ADCT.....	1071
9.11	A lei complementar prevista no § 4º do art. 125 do ADCT.....	1071
9.12	A lei complementar prevista no art. 126, III, do ADCT.....	1072
9.13	As leis complementares previstas no art. 130, <i>caput</i> e § 10, do ADCT	1072
9.14	As leis complementares previstas nos §§ 2º a 5º do art. 131 do ADCT.....	1075
9.15	As leis complementares previstas nos §§ 4º a 13 do art. 9º do ADCT	1077
9.16	A lei complementar prevista no § 3º do art. 132 do ADCT.....	1078

9.17	As leis complementares previstas no art. 134, <i>caput</i> e § 6º, do ADCT.....	1079
9.18	A lei complementar prevista no art. 135 do ADCT	1080
9.19	As demais leis complementares previstas no ADCT pela EC 132/2023.....	1080
10.	Considerações adicionais.....	1101

**Capítulo XII – CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE
A REFORMA TRIBUTÁRIA REALIZADA PELA EC 132/2023**

Capítulo XIII – CONCLUSÕES

Título I – Princípios constitucionais tributários.....	1120
Capítulo I	1120
Capítulo II.....	1121
Capítulo III.....	1122
Capítulo IV	1124
Capítulo V.....	1125
Capítulo VI	1126
Capítulo VII	1128
Título II – Competência tributária	1130
Capítulo VIII.....	1130
Capítulo IX	1134
Capítulo X.....	1135
Capítulo XI	1137
<i>Bibliografia</i>	1141
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	1173